

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

Em Março último, efectuou-se uma nova reunião do nosso Comité Central. Esta reunião culmina a série de discussões sobre os problemas mais candentes do Partido, iniciada com a reunião de Fevereiro de 1960.

Um conjunto de questões abarcando a defesa do Partido, a política de quadros, o trabalho de organização e de direcção e, finalmente, problemas fundamentais da orientação e da tática do Partido, foram sucessivamente submetidos à discussão do Comité Central, resultando daí uma profunda revisão dos métodos de trabalho e da actividade do Partido.

Trata-se dum profundo trabalho auto-crítico do Comité Central e duma grande afirmação da coesão ideológica e de coragem política do Partido.

A correcção da tendência anarco-liberal no trabalho de direcção e de organização do Partido e do desvio de direita na sua linha tática, que caracterizaram e debilitaram o trabalho geral do Partido no período 1956-1959, e a correspondente reposição dos princípios leninistas na vida do Partido, armam os militantes para a rectificação prática dos erros cometidos neste período e abrem perspectivas para um rápido e decisivo impulso em todos os sectores da actividade partidária.

Na reunião de Março, último, o Comité Central corrigiu o desvio de direita e apontou a via para o derrubamento da ditadura fascista, elegeu o Secretário Geral do Partido, analisou os ensinamentos duma série de traições, pronunciou-se sobre a importância da Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários e debruçou-se sobre a situação em Angola.

Dela estão a ser já publicados os materiais fundamentais o que representa um sério esforço editorial do Partido.

Estes importantes materiais devem merecer o estu-

do atento e a discussão aprofundada de todos os quadros e organizações do Partido. Só o estudo e discussão — essenciais para a aplicação prática das decisões do Comité Central — poderão transformar esses materiais e documentos em acção viva.

A actual situação política do país exige que o nosso Partido seja uma grande força de vanguarda da luta nacional contra a ditadura salazarista, um grande Partido revolucionário, coeso e esclarecido, que possa guiar a classe operária e o povo português nos duros e difíceis combates que se avizinham e que levarão ao derrubamento do poder fascista e à edificação dum Portugal livre, próspero e democrático.

As históricas tarefas do proletariado português e do seu partido de classe colocam responsabilidades especiais a todos os quadros e amigos do Partido. Há ainda camaradas que, por motivos pessoais se mantêm afastados ou alheados do Partido.

É a altura de todos os comunistas cerrarem fileiras à volta do seu Partido e do Comité Central, de todos vencerem as questões de ordem pessoal e colocarem abnegadamente ao serviço da causa superior que defendemos, os seus melhores esforços e energias.

A classe operária e o povo português necessitam dum forte e coeso Partido Comunista e o Partido necessita do esforço, da contribuição, e da dedicação de todos os seus militantes e camaradas.

A Reunião de Março do Comité Central ficará seguramente a marcar na vida partidária um ponto de partida para uma nova fase de progresso geral e de fortalecimento do Partido.

No presente número de « O Militante » é iniciada a publicação dos documentos fundamentais desta Reunião



O DESVIO DE DIREITA NO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS NOS ANOS DE 1956-1959

(resolução do comité central do p.c.p.)

1— A análise da situação política e da orientação e actividade do Partido revela a existência dum grave desvio de direita, que se desenvolveu a partir de 1956 e se reflectiu em diversos aspectos da orientação do Partido, incluindo as resoluções do V Congresso.

Em condições normais, caberia a um novo Congresso do Partido a rectificação desse desvio. Só em virtude das dificuldades impostas pelas condições de clandestinidade e de repressão fascista, e pelo facto de ser essa rectificação indispensável para a orientação imediata de toda a actividade do Partido, resolve o Comité Central proceder desde já a ela sem esperar pela realização de novo Congresso.

O Comité Central toma perante o Partido a responsabilidade da rectificação do desvio de direita e da nova orientação traçada, sujeita-se desde já à discussão de todo o Partido e declara sujeitá-las à apreciação do Congresso logo que seja possível a sua realização.

2— A solução pacífica do problema político português foi palavra central do Partido desde 1956. A definição da via pacífica para o derrubamento da ditadura fascista, nos termos em que foi feita e com as concepções que a acompanharam, constituiu um desvio oportunista de direita de que tem enfermado toda a orientação do Partido.

Baseada numa falsa estimação da correlação de forças no plano nacional, no menosprezo da natureza e força do estado fascista, na valorização do papel das condições objectivas e na subestimação da decisiva importância das condições subjectivas (de organização e outras), a apresentação da via pacífica, não como mera possibilidade ou aspiração, mas como a via provável e viável para derrubar a ditadura salazarista, teve uma influência nociva no desenvolvimento geral do movimento democrático e no desenvolvimento da acção e organização do Partido. A diminuição da influência dirigente do Partido no movimento democrático, insucessos políticos e de mobilização popular, o afrouxamento da ligação com a classe operária e com os camponeses, a estagnação e até retrocessos da organização apesar das condições objectivas favoráveis, a carência de quadros e a diminuição da combatividade nas fileiras do Partido, resultam em larga medida desse desvio.

A sua correcção e a definição duma orientação justa são indispensáveis para que o Partido possa ser um

grande Partido nacional, para que possa consolidar a sua influência na classe operária e nas massas trabalhadoras e para que possa retomar um papel determinante no movimento democrático.

3— Na definição da via pacífica como a via para o derrubamento da ditadura fascista em Portugal, teve grande importância a adopção mecânica da tese do XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética realizado em 1956 relativa à possibilidade em diversos países da passagem do capitalismo para o socialismo por via pacífica através das instituições parlamentares. Esta tese, que conserva completa validade e abriu aos partidos comunistas e operários novas e amplas perspectivas de luta, não é aplicável em Portugal no momento presente. O derrubamento duma ditadura fascista (caracterizada pela força do seu aparelho militar e policial) e a conquista da liberdade política constituem problema diverso da passagem do capitalismo para o socialismo em países de democracia burguesa, onde o aparelho militar e policial se encontra enfraquecido. O nosso Partido não tomou em conta a advertência do XXº Congresso de que a via pacífica para o socialismo não era de prever, antes se imporia «uma luta revolucionária aguda», em países onde o aparelho militar e policial do estado burguês fosse ainda poderoso, — advertência válida, com maior razão, para a passagem duma ditadura fascista a um regime democrático.

A adopção mecânica dessa tese relativa a um problema diverso em circunstâncias políticas e sociais diversas, levou a uma menor consideração pela realidade portuguesa e dificultou a determinação duma tática justa, somente possível na base do estudo da situação concreta existente e das tarefas políticas dela decorrentes.

4— Tal como foi colocada, a ideia da solução pacífica do problema político português como o caminho para a mudança do regime, está indissolivelmente ligada à ideia de que o regime fascista em Portugal se está a desintegrar a passos rápidos. Aceitando-se esquematicamente uma influência imediata e decisiva na política portuguesa da nova correlação de forças mundiais e tomando-se os desejos por realidades, afirmou-se ao longo de alguns anos que a ditadura fascista estava em vias de se desintegrar completa-

mente e concluiu-se daí a inevitabilidade do seu colapso a curto prazo. A crença na solução pacífica foi a crença na «desagregação contínua» e «irreversível» do regime fascista. A desagregação do regime foi considerada como o factor decisivo da queda próxima do fascismo e como o modo de «solução pacífica do problema político português» e, por isso mesmo, como objectivo da actuação das forças democráticas e do próprio Partido. Tomadas as ideias da «desagregação irreversível» como um dogma, a elas se procuraram ajustar numerosos factos, em vez de basearem as ideias na análise objectiva e não idealizada dos factos. Foi-se ao ponto de apresentar como sintomas de «desagregação» factos que visavam e de certa forma conseguiram reforçar e recompôr o governo de Salazar (remodelação do governo, substituições de cargos, alterações da Constituição, etc.). Embora insistindo-se na necessidade de acções de massas, atribuía-se às acções de massas e à luta das forças democráticas o papel de «apressar» ou «acelerar» a «desagregação» do regime, e alimentava-se assim a crença de que, mesmo sem acções de massas, a ditadura fascista cairia inevitavelmente e a curto prazo. O processo objectivo, automático, da desagregação foi implicitamente considerado o fundamental.

As dificuldades, contradições e mesmo a desagregação dum regime político são (conforme o ensinamento de Lênine) um importante factor da vitória das forças que se lhe opõem. O mal foi tomarem-se os desejos por realidade e colocar-se a «desagregação completa do regime» como factor dominante da situação política e como o objectivo da acção do Partido.

Tais concepções, em vez de prepararem as forças democráticas e o povo português para o assalto ao poder estimularam atitudes de expectativa e conduziram ao culto da espontaneidade. Tais concepções contribuíram, não para fortalecer, mas para quebrar, o espírito revolucionário, a combatividade e a iniciativa das massas populares, das forças democráticas e do próprio partido.

5 — A concepção da solução pacífica por «desagregação irreversível» do salazarismo conduziu a ilusões legalistas e constitucionais. Na orientação e propaganda do Partido admitiu-se a possibilidade dum triunfo numas «eleições» salazaristas, mesmo sem que anteriormente o movimento popular tivesse imposto modificações radicais no processo «eleitoral». Adaptando-se mecânicamente a tese acerca da passagem pacífica do capitalismo para o socialismo através das instituições parlamentares, de certa forma se acreditou que a conquista da liberdade política num país de ditadura fascista poderia ter lugar através dum triunfo numas pseudo-eleições realizadas e controladas pelo governo fascista. Se, nas «eleições» presidenciais de 1958, antes do dia das «eleições», o Partido não se preparou nem preparou as massas populares para a luta após o acto «eleitoral» e não alertou sequer para a previsível burla, isso deve-se (além de outras causas) a não ter querido «admitir

com antecedência a ideia duma derrota», — o que, e admitir-se, declarando-se o contrário, seria fazer demagogia e, a não se admitir, mostra de graves ilusões legalistas.

As ilusões legalistas manifestaram-se noutros aspectos da actividade partidária. Na orgânica partidária defendeu-se a aplicação sob as condições de feroz repressão fascista e de rigorosa clandestinidade, de processos electivos dos organismos de direcção em todos os escalões; relaxou-se o trabalho conspirativo e a defesa dos quadros dirigentes; facilitaram-se e multiplicaram-se encontros e reuniões; desenvolveram-se o liberalismo, a falta de vigilância e a facilidade na promoção de quadros; o secretismo necessário num partido clandestino afrouxou a ponto de se divulgarem aspectos altamente conspirativos da actividade do Partido. Estes factos resultaram também directos ou indirectamente da ideia de que o regime estava à beira do colapso em consequência da sua desagregação.

6 — A concepção da solução pacífica por «desagregação irreversível» do salazarismo conduziu a ilusões golpistas. Tal concepção levou à esperança como forma de derrubamento da ditadura, num golpe militar resultante da desagregação do regime e à subordinação a essa esperança de aspectos de orientação e actividade do Partido. Quando das «eleições» presidenciais de 1958, viu-se no golpe militar a alternativa que se oferecia para uma vitória «eleitoral» tornada impossível pela acção do governo o que determinou a apatia do Partido no momento crucial de 8-9 de Junho. No segundo semestre do mesmo ano e primeiros meses de 1959, acompanhando a preparação dum golpe por militares anti-salazaristas, a Direcção do Partido continuou a depositar nele as suas esperanças na queda da ditadura a curto prazo. Ilusões caracteristicamente golpistas, como a confiança na viabilidade do golpe sem elementos seguros para ajuizar, a aceitação de simples boatos como factos políticos reais, a crença de que basta, para o alastramento do golpe, que ele principie em algum lado, instalaram-se no Partido.

A esperança no golpe militar fez surgir a ideia de que a luta de massas (e até as greves políticas) eram sobretudo um elemento favorável para a eclosão do golpe militar; levou a modificar o conceito de solução pacífica de forma a abranger o golpe militar; levou a menosprezar a organização de soldados e a dar quase exclusivamente valor à de oficiais.

Tomando contacto, embora indirecto com os militares que preparavam o golpe, o Partido, ignorando quem eram os dirigentes da conspiração e as suas forças reais, dispôs-se a entrar em conluios e compromissos para a realização dum «movimento militar e popular», propondo apenas ligeiras alterações ao programa dos militares e não seguindo sequer a sua participação na direcção do movimento.

Colocou-se assim, em larga medida, a acção do Partido a reboque dos conspiradores liberais e conservadores e perdeu-se de vista o papel determinante

que o Partido, a classe operária e as massas populares podem e devem desempenhar para o derrubamento da ditadura fascista.

Um golpe militar vitorioso não é impossível em determinadas circunstâncias e essa possibilidade aconselha a tomar contacto com os conspiradores e tomar para com eles uma atitude positiva. Uma tal posição não deve porém excluir, antes deve implicar, o combate contra a mentalidade e as ilusões golpistas. A deliberada abstenção praticada durante anos da luta ideológica contra as concepções e ilusões golpistas e os seus efeitos prejudiciais foi também produto da influência nociva das concepções golpistas (resultantes da ideia de «desagregação irreversível» do regime) no seio do Partido e da sua própria Direcção.

7—Embora desenvolvendo-se a partir de 1956 na orientação do Partido, esta tendência direitista não era nova. Ela apareceu após a 2ª. Guerra Mundial, nos anos de 1945-48, na tendência direitista e oportunista dum grupo de camaradas, que ficou sendo conhecida no Partido por «política de transição». A concepção da «desagregação irreversível» do regime foi a reposição da «política de transição» nas novas condições dos anos de 1956-59, foi a «política de transição» tornada política oficial do Partido.

Uma e outra excluíram o levantamento nacional como caminho para o derrubamento da ditadura; colocaram como objectivo do Partido, não uma acção decisiva com vistas à conquista do poder, mas «acelerar a desagregação do regime» de forma a provocar o que a primeira chamou a «queda doce» ou «suave» da ditadura e a segunda chamou «solução pacífica»; uma e outra fundamentaram as esperanças na acção dos elementos que se destacam do fascismo e designadamente no golpe militar; foram animadas pela preocupação de tranquilizar os elementos conservadores e sacrificaram a essa preocupação aspectos da acção independente do proletariado e do seu partido, defendendo a conciliação de interesses entre a classe operária e os seus patrões anti-salazaristas; animaram ilusões legalistas e tendiam a colocar o Partido na cauda dos movimentos espontâneos; apagaram o papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido no movimento democrático nacional e conferiram efectivamente a hegemonia e a direcção efectiva nesse movimento à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo. A «desagregação irreversível» reconduziu ao Partido, um pouco actualizada e como orientação do Partido, a «política de transição», que o IV Congresso do Partido (11 ilegal), justamente caracterizara como um desvio direitista e oportunista.

8—As concepções da solução pacífica por desagregação do regime influenciaram num sentido negativo a acção do Partido quando das «eleições» presidenciais de 1958.

Apesar de grandes sucessos da luta política de

massas alcançados pelo Partido durante a campanha «eleitoral», o Partido não se preparou nem preparou as massas para novas e grandes batalhas além do acto «eleitoral» e, especialmente, para o momento crucial da crise (o dia 9 de Junho).

Ilusões legalistas, fazendo ainda esperar a possibilidade duma vitória «eleitoral», ilusões golpistas esperando que um golpe militar eclodisse caso não se verificasse aquela vitória, levaram o Partido a não definir com antecedência uma orientação para além do dia das «eleições» (dia 8), a não admitir com antecedência a burla «eleitoral», a não tomar quaisquer medidas políticas e orgânicas para a condução posterior da luta popular e a não encarar uma greve política de protesto imediato contra a previsível burla «eleitoral», embora essa ideia tivesse forte aceitação na classe operária e o espírito de luta e combatividade das massas se lisesse revelado em grandiosas jornadas.

Apesar da sua importância, da combatividade de milhares de trabalhadores, dos corajosos esforços dos nossos camaradas, as greves políticas de Junho foram tardiamente encaradas e precipitadamente declaradas e conduzidas. O Partido foi, em larga medida, ultrapassado pelas iniciativas, vontade combativa e abnegação das massas populares. Foi preciso que a partir do dia 12 numerosas greves eclodissem espontaneamente ou por iniciativa local de membros do Partido para que a Direcção do Partido (dia 16 no Norte, dia 18 a Comissão Política e dia 25 em Lisboa) tornasse, num plano nacional, a iniciativa de greves políticas. Destas circunstâncias, resultou que as greves políticas, apesar da sua grande importância e significado, estiveram longe de corresponder às condições objectivas existentes.

As concepções da solução pacífica por desagregação do fascismo, com as suas ilusões legalistas e golpistas, impediram se educassem as massas na ideia do levantamento nacional e do assalto ao poder, quebraram o ímpeto combativo e disposição de luta das massas populares e levaram o Partido, a classe operária e as massas a uma posição de expectativa e desorientação, no momento crucial em que atingiram o auge tanto a disposição de luta das massas, como as dificuldades do inimigo e que constitui por isso um momento único na luta nacional contra a ditadura fascista.

9—A Jornada Nacional Pacífica para a demissão de Salazar, colocada como «coroamento» ou «fase superior» da Campanha para a demissão de Salazar, foi a concretização mais acabada da concepção direitista da solução pacífica do problema político português. A Campanha para a demissão de Salazar, realizada nos primeiros meses de 1959, constituiu uma corajosa e valiosa luta popular e das forças democráticas em que o Partido teve uma participação determinante. No seu prosseguimento, considerou-se que uma Jornada Nacional Pacífica, em que uma greve geral política teria decisiva importância, poderia ser a acção destinada a pôr termo à ditadura fas-

cista e a instaurar pacificamente as liberdades democráticas.

A ideia duma Jornada Nacional Pacífica e duma Greve Geral Pacífica como forma de derrubar a ditadura fascista, acompanhada da crença na confraternização das forças armadas com as massas populares, representa esquecer a natureza, força, repressão e determinação do governo fascista. Lançar um tal movimento popular espalhando a ideia do seu triunfo pacífico e de que as forças armadas não interviriam para esmagá-lo, seria lançar o povo de peito descoberto contra a feroz repressão fascista, seria uma orientação aventureirista e demagógica.

Tendo-se colocado em Maio de 1959 a Jornada Nacional Pacífica como consigna central e como principal objectivo da acção do Partido, abandonou-se entretanto essa consigna em Agosto do mesmo ano sem se ter sequer esboçado a sua preparação e realização. A razão desse fracasso reside na errada estimação da situação política e da correlação de forças no país, na ilusão do breve colapso do salazarismo resultante da sua desagregação e dum eventual golpe militar, no desprezo da importância do poder mobilizador e da organização das forças democráticas e do Partido como factor decisivo da vitória contra a ditadura fascista, no culto da espontaneidade (relativo, neste caso, às forças armadas), e ainda no facto de ter pesado mais a influência da orientação dum Partido irmão do que o estudo da realidade portuguesa.

10 — O facto de se ter deixado de depositar as esperanças para o derrubamento do fascismo na acção popular dirigida pelas forças democráticas para as depositar na desagregação do regime teve importantes reflexos na maneira de considerar os problemas da unidade contra a ditadura fascista.

A preocupação principal do Partido durante alguns anos não foi o estabelecimento e o fortalecimento da unidade democrática assente na aliança do proletariado com o campesinato e, na sua base da unidade de todos os anti-salazaristas, mas desligar do governo elementos que ainda o apoiavam, afim de provocar a desagregação completa do regime. Pensou-se que o estímulo à acção dos elementos conservadores poderia substituir ou sobrepor-se à unidade das forças democráticas e era mais importante e decisivo que esta, entretanto inexistente.

Ao mesmo tempo que se tomava para com os fascistas descontentes (ou que pareciam sê-lo) uma atitude « compreensiva » e conciliatória e se repetiam os apelos à sua acção contra Salazar, subestimava-se de forma depreciativa a influência e capacidade mobilizadora dos democratas liberais e tomou-se com frequência em relação a eles uma atitude intransigente e hostil.

A constituição da Junta Nacional de libertação, com a participação de católicos e monárquicos, foi um êxito da política do Partido e um passo positivo para a Unidade das forças anti-salazaristas. Mas a declarada pretensão de que fosse o organismo supre-

mo de direcção do movimento anti-salazarista e o seu reconhecimento como tal pelo Partido apesar de a ela não pertencerem os mais importantes agrupamentos democráticos liberais, reflecte a subestimação da importância da unidade das forças democráticas geradas nas concepções da « desagregação irreversível ». Desta orientação resultou que a junta teve um papel de segundo plano na direcção do movimento anti-salazarista, que, em larga medida, a iniciativa política passou para as mãos dos agrupamentos que estavam fora dela e que o Partido não participou na preparação de muitas lutas e teve, em muitos casos, de seguir na sua esteira.

Esta orientação isolou durante alguns anos o Partido dos mais influentes agrupamentos liberais e dificultou o estabelecimento da unidade democrática e anti-salazarista e a ampliação e intensificação do movimento popular.

11 — A ideia da queda do fascismo como resultado da sua desagregação e não pelo assalto ao poder pelas forças democráticas implicou a ideia de que não estava nas mãos das forças democráticas constituir o governo que substituiria o de Salazar e determinar a sua política, pois isso só poderiam fazer aqueles (designadamente os militares) que, separando-se do regime, levassem a cabo a sua substituição.

Em virtude de tal concepção, o Partido deixou de insistir no seu objectivo de levar ao poder, juntamente com as outras forças anti-salazaristas, um Governo Provisório de unidade nacional com a missão fundamental de instaurar a liberdade política, deixou de colocar a questão da participação comunista em tal governo e passou a insistir sobretudo na declaração do seu apoio a qualquer governo que, sucedendo ao de Salazar, instaurasse as liberdades democráticas (o que seria justo, se não fosse colocado como objectivo político fundamental).

A aceitação condensante de que o governo fascista poderia ser substituído por um « governo de transição » ou mesmo por uma « ditadura militar » que, só após muitos meses de derrubado o governo fascista, concederia as liberdades democráticas, foi um aspecto característico dessa posição.

Abdicou-se assim da iniciativa na questão vital da conquista do poder e tendeu-se, nesta questão, a colocar o Partido e as forças democráticas numa posição de espectativa ou na cauda de eventuais iniciativas de elementos mais conservadores, designadamente de militares.

12 — A concepção da solução pacífica como consequência da « desagregação irreversível » do regime (com a sobrevalorização das condições objectivas e a crença num certo automatismo da queda da ditadura, com as ilusões legalistas e golpistas que a acompanharam, com a atribuição da acção decisiva para o derrubamento da ditadura aos elementos que dela se destacam, com a subestimação da organização e o culto da espontaneidade) representou, objectivamente, uma subestimação do papel da classe



operária e do Partido no movimento nacional democrático e tendia a concenter a direcção deste à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo.

Com a preocupação (baseada na ilusão da «desagregação irreversível» do regime) de facilitar a separação do fascismo de elementos conservadores tranquilizando-os com uma política «moderada» do Partido, foram sacrificados aspectos da acção independente do proletariado e do partido. Defendeu-se que a luta da classe operária contra os seus exploradores fosse subordinada, no que respeita à burguesia não-monopolista, à ideia de atrair esta à frente anti-salazarista e que a luta de classes não fosse levada ao ponto de poder provocar a ruptura (?) dessa frente; defendeu-se que a luta pelo aumento de salários não deveria ser dirigida contra a burguesia não-monopolista, mas contra a política de congelamento dos salários do salazarismo; tomou-se e aconselhou-se uma posição conciliatória para com os laços do patronato e do fascismo colocados pelo governo fascista à frente de sindicatos, afirmando-se que, na sua maioria, se estavam passando para o lado dos trabalhadores; etc. Estas ideias, além das ilusões políticas que espalhavam, tiveram influência negativa na condução de lutas reivindicativas, enfraquecendo as lutas nas empresas, levando ao menosprezo das Comissões de Unidade e criando concepções e hábitos legalistas no movimento sindical.

A mesma preocupação de «acelerar a desagregação do regime» levou a um afrouxamento do combate ao regime e às suas instituições, tendo influência no Partido e particularmente na sua agitação e propaganda, a ideia, defendida no C. C., de que não se deviam fazer «ataques frontais» à Assembleia Nacional, à Legião, à União Nacional, mas apenas aos elementos mais reaccionários que a elas pertencessem. Tal posição contribuiu para fazer diluir a consciência da natureza do Estado fascista e para estimular ilusões legalistas e constitucionais.

A subestimação da organização, a ausência durante anos da discussão dos problemas de organização na Direcção Central, a não realização de balanços de organização, a ocultação da estagnação e retrocessos e o facto de se não encarar de frente a grave situação da organização partidária com vistas ao seu radical fortalecimento, estruturação e alargamento, o exagero dos mais ligeiros progressos e a afirmação de progressos inexistentes, a insistência em palavras num fictício engrandecimento do Partido sob todos os aspectos, — mostram que não era na luta da classe operária e do Partido que se fundamentavam as esperanças para o derrubamento da ditadura, mas na acção de elementos conservadores e na desagregação do regime por um processo semi-automático.

O mesmo mostra a guerra ao prestígio e popularidade dos dirigentes do Partido a pretexto da luta «contra o culto da personalidade», ao mesmo tempo que se prestigiavam e popularizavam dirigentes de outras correntes anti-salazaristas.

Todos estes aspectos da orientação e actividade do Partido representam a abdicação, objectivamente considerada, do papel determinante da classe operária e do Partido no movimento democrático, resultante das concepções da solução pacífica por virtude da desagregação do regime.

13— Para que uma solução pacífica do problema político português fosse possível, seria necessário um súbito desequilíbrio das forças em presença, ou seja, a conjugação, num momento dado, de duas condições: o desenvolvimento do movimento democrático a ponto de aparecer como irresistível aos olhos de governantes e governados e o enfraquecimento do Estado fascista a ponto de o seu aparelho repressivo se revelar inoperante. A eventualidade da conjugação dessas duas condições depende, numa ditadura fascista, de tantos factores que se não pode afirmar a distância que, em algum momento, venha a verificar-se. Sob a dominação feroz da ditadura fascista, a via pacífica para a democracia só em momentos muito especiais pode ser viável, não sendo, em condições normais, uma possibilidade real que se ofereça.

Toda a política fascista mostra que Salazar e a sua camarilha estão decididos a não entregar pacificamente o poder, estão decididos a fechar os caminhos pacíficos para a democracia, a opor-se pela violência mais brutal à manifestação livre da vontade das massas, a empregar as armas e o terror contra o movimento democrático e a tentar afogá-lo em sangue no dia em que ponha em risco a sua existência.

Apesar da evolução das condições objectivas, tanto no plano nacional como internacional, ser favorável às forças democráticas, o estado salazarista é ainda um forte estado, cuja derrota se não verificará automaticamente em virtude da sua própria desintegração, mas fundamentalmente como resultado da luta popular e do assalto ao poder pelas forças democráticas, cuja unidade (assente na aliança da classe operária e do campesinato), é uma condição para a vitória. São de combater ilusões legalistas e constitucionais, assim como ilusões golpistas, que deformam a situação, distraem o Partido, as outras forças democráticas e o povo das suas tarefas, conduzem a posições de expectativa e de seguidismo e diminuem e quebram o impeto revolucionário das massas populares.

É necessário educar metódicamente as massas na ideia de que, embora desejando uma solução pacífica e lutando por ela, embora aproveitando todas as possibilidades de alcançar tal solução, embora atribuindo ao governo fascista responsabilidades de eventuais choques armados, o povo português e as forças democráticas devem preparar-se para derrubar o governo fascista através do levantamento em massa da nação, que terá de assumir o carácter de um choque armado violento caso o governo se lhe oponha pela violência. Esta orientação não afasta antes favorece a possibilidade duma solução pacífica.

Em vez de insistir, como insistiu, na possibilidade e proximidade da solução pacífica por «desagregação

irreversível» do regime, o Partido deve apresentar, como caminho para o derrubamento do fascismo, o levantamento nacional, que terá de adquirir a forma de poderosas manifestações de massas, incluindo eventualmente uma greve geral política, terá de contar com o apoio das forças armadas ou pelo menos a neutralidade de importantes sectores dessas forças e deverá ter como objectivo derrubar a ditadura pela força, caso ela resista pela força, e levar ao poder um Governo Provisório que instaure a liberdade política.

14 — O desvio de direita verificado nos anos de 1956-59, deve ser combatido em todo o Partido, no terreno ideológico e no terreno da actividade prática, des-

vendendo-se as suas raízes» ideológicas e as suas consequências prejudiciais na actividade política, de organização e de mobilização de massas do Partido. Em todos os escalões se devem realizar debates sobre o desvio de direita e sobre a nova orientação traçada pelo C.C. na sua Declaração sobre «A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política», devendo ser comunicadas ao C.C. as conclusões desses debates. A unidade de pensamento e acção do Partido deve sair reforçada e revigorada e o Partido pronto a levar à classe operária, às massas populares, às forças democráticas, a nova perspectiva da luta contra a ditadura fascista de Salazar.

DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS A VIA PARA O DERRUBAMENTO DA DITADURA FASCISTA e para a conquista das liberdades políticas

A situação internacional evolui a favor das forças democráticas e pacíficas. O poderio e influência internacional predominantes da União Soviética e de todo o campo socialista, a derrocada do sistema colonial, o ascenso geral do movimento operário, democrático, de libertação nacional e pacífico, o enfraquecimento geral do imperialismo, tornam cada dia mais favoráveis as condições internacionais em que se desenvolve a luta do povo português pela liberdade política, pela independência nacional e pela paz.

O derrubamento da ditadura fascista de Salazar não resultará porém espontaneamente da evolução da situação internacional. Cabe ao povo português derrubar o fascismo e conquistar a democracia e só o povo português o poderá fazer. A determinação da perspectiva que se oferece com esse objectivo é de fundamental importância para o desenvolvimento vitorioso do movimento democrático nacional.

O Comité Central do Partido Comunista Português, tendo examinado a situação política actual e tendo feito um balanço crítico da orientação e actividade do Partido nos últimos anos, entende necessário definir a via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política.

1 — O governo fascista de Salazar é o governo do capital monopolista (associado ao capital estrangeiro) e dos grandes latifundiários.

O antagonismo entre os monopólios e todas as camadas do povo acentua-se progressivamente. O domínio crescente em todos os sectores da economia nacional do capital monopolista associado ao capital estrangeiro, a dependência crescente de Portugal em relação aos imperialistas estrangeiros que a adesão à Zona dos Sete agravará, a concentração industrial, comercial e agrícola que o corporativismo, a «reorganização» industrial e comercial e a política agrária fascista constantemente acentuam, a exploração colonial com as suas incidências no mercado da força de trabalho e na economia portuguesa, a ruína do proletariado dos pequenos produtores agrícolas e industriais, a exploração crescente da classe operária através da «racionalização» e «modernização» da indústria e a desesperada situação de miséria e desemprego da

população trabalhadora dos campos resultante da mecanização da agricultura e de outros aspectos do rápido desenvolvimento do capitalismo, a imposição dos interesses dos monopólios através da supressão de liberdades, do terror, do obscurantismo, da perseguição à cultura e à arte — opõem, de forma cada vez mais irredutível, um pequeno punhado de multimilionários a toda a restante população portuguesa. Todas as camadas populares, assim como a burguesia não-monopolista e os médios proprietários, estão cada vez mais interessados em pôr termo ao domínio dos monopólios e do governo fascista que os representa e os serve.

Estas condições reduzem enfraquecem e isolam a camarilha governante e são favoráveis para a formação duma ampla frente nacional contra a ditadura fascista de Salazar, na qual as alianças da classe operária com o campesinato e com os povos das colónias portuguesas têm decisiva importância.



2 — Apesar do seu enfraquecimento (que a evolução da situação internacional, a preponderância das forças do socialismo sobre o imperialismo, a derrocada do colonialismo, o ascenso da luta libertadora nas colónias portuguesas, a restrição da base social de apoio do fascismo e o desenvolvimento do movimento democrático português tendem a acentuar) o Estado fascista é ainda um forte Estado, centralizado e militarista, com um poderoso aparelho militar, policial, judicial e burocrático. O governo fascista de Salazar dispõe de forças repressivas treinadas e bem armadas, de comandos cuidadosamente depurados e seleccionados, de quadros numerosos em todo o aparelho do Estado.

Sob a ditadura fascista, é exercida uma repressão implacável contra o povo trabalhador e as forças democráticas. Não existem quaisquer liberdades políticas nem se realizam eleições dignas desse nome. O governo abafa com a violência e o arbítrio as reclamações económicas, políticas e de natureza cultural do povo português.

O movimento libertador das colónias portuguesas e o apoio que lhe é dado pelo campo socialista e por numerosos estados pacíficos é um poderoso factor que se alia ao movimento democrático português com vistas a pôr termo à ditadura fascista. Mas, precisamente porque socava as bases do fascismo e contraria os interesses dos imperialistas estrangeiros seus protectores, provocará nos tempos mais próximos da parte do governo de Salazar um reforço da acção repressiva e um esforço no sentido duma maior restrição da legalidade.

Não se deve contar com a queda da ditadura pelo simples jogo das suas contradições internas, nem com o abrandamento da repressão e com uma liberalização do regime por livre vontade ou concessão de Salazar e da sua camarilha. A ditadura fascista não cairá por si, nem Salazar entregará o poder por se convencer finalmente que é esse o desejo da Nação. O governo fascista de Salazar recusa-se a ouvir e a atender a vontade popular e tem respondido e mostrado a sua determinação de continuar a responder com a força e o terror às reclamações políticas da oposição democrática.

3 — A luta contra a ditadura fascista de Salazar é a luta contra os monopólios e os grandes senhores da terra, a luta contra o domínio imperialista e pela completa independência de Portugal, a luta pelo bem estar do povo português, a luta pelo reconhecimento do direito dos povos coloniais à auto-determinação e à independência, a luta pela Paz e a luta pela liberdade política. Em todas estas direcções se deve desenvolver e intensificar no momento presente a luta das forças democráticas, sendo entretanto a luta pelo derrubamento da ditadura e a conquista da liberdade política a tarefa central de todos os democratas e patriotas portugueses, aquela em que todos estão unidos e aquela que é condição fundamental para a vitória pelos restantes objectivos.

O Partido Comunista Português e as restantes forças democráticas não podem colocar apenas como objectivo da sua acção política pressionar o governo e outros órgãos do Estado para que façam concessões. A luta por concessões parciais deve prosseguir, tanto pela importância das concessões parciais, como porque só lutas parciais (por reivindicações económica, política de natureza cultural) criarão condições para uma poderosa acção popular capaz de derrubar a ditadura. É com os olhos postos neste objectivo fundamental que se deve desenvolver a acção das forças democráticas. O povo português e as forças democráticas têm de preparar-se para derrubar a ditadura e conquistar o poder.

Embora em condições muito particulares e numa evolução hoje imperscrutável da situação política interna possa ser pacificamente substituído o governo fascista e conquistadas as liberdades democráticas e embora o Partido Comunista Português deseje a solução pacífica do problema político português, não se pode afirmar que a via pacífica para o derrubamento do fascismo seja a mais provável e a mais viável.

Nas condições presentes, o levantamento em massa da Nação para o derrubamento da ditadura fascista é a perspectiva para a qual se devem ganhar as amplas massas do povo português. O levantamento nacional, em que a greve geral política pode desempenhar importante papel, terá de transformar-se numa acção armada, com a participação ou neutralização de grande parte das forças militares, caso o governo fascista continue a resistir com a violência e o terror à acção popular.

4 — Entre as forças democráticas, têm-se dado respostas diversas à questão de saber como derrubar a ditadura fascista.

Pensam alguns que as forças democráticas devem abster-se de qualquer acção clandestina e deveriam limitar-se a agir dentro dos quadros da legalidade fascista. Essa seria a forma de impedir a repressão e de conseguir o apoio de sectores mais conservadores e vacilantes. A verdade é porém que, se se limitassem a agir dentro dos quadros da legalidade fascista, as forças democráticas não sairiam nem fariam sair o movimento popular do colete de forças imposto pelo governo e vegetariam como uma oposição inofensiva que não poderia pretender derrubar o governo fascista e instaurar as liberdades em Portugal.

Pensam outros que a acção popular nada pode resolver e que a solução só pode partir dos militares. Um golpe militar seria o único caminho possível para o derrubamento do governo fascista. Embora os militares tenham um importante (e em certas condições decisivo) papel a desempenhar, se imponha por isso um insistente e perseverante trabalho para organizar os militares anti-salazaristas, e em relação à eventual preparação de acções insurreccionais por militares se deva estudar com rigor e realismo a sua viabilidade, a verdade é que a ideia dum golpe militar, divorciado do movimento popular, tem sido sempre

acompanhado de ilusões golpistas, que conferem aos militares a solução do problema político português, que colocam as forças democráticas na expectativa, que levam ao menosprezo da luta de massas e que, por isso, têm exercido uma influência negativa no desenvolvimento geral do movimento democrático.

Finalmente, apareceram nos últimos anos em alguns sectores tendências anarquistas e terroristas. Tais tendências são, em parte, a «expição dos pecados oportunistas» do movimento democrático, ou seja, reacções de sectores mais radicais contra concepções legalistas e contra a ilusão duma fácil solução pacífica do problema político português que o nosso próprio Partido, contribuiu para criar. A verdade é porém que não são acções anarquistas e terroristas que poderão decidir do derrubamento da ditadura e elas comportam perigos para o movimento democrático. Actos de terrorismo individual provocam em amplas camadas populares desaprovação e receio, favorecerem que tomem posições conservadoras e de reserva para com o movimento democrático e dão pretexto para uma maior repressão com menor protesto popular.

5 — Apesar de todas as limitações da legalidade fascista e apesar de o governo não respeitar sequer a Constituição e as leis que ele próprio faz, as forças democráticas devem aproveitar todas as possibilidades de acção legal, por muito limitadas e contingentes que sejam. A justa associação das formas legais, semi-legais e ilegais de acção e organização é uma condição para o desenvolvimento geral do movimento popular e democrático. As acções de massas são a forma mais eficiente, tanto na luta pela satisfação de reivindicações parciais económicas, políticas e de natureza cultural, como do desenvolvimento geral do movimento democrático com vistas ao levantamento nacional para o derrubamento da ditadura fascista e à conquista da liberdade política.

Apesar de que, nas condições presentes, as «eleições» fascistas não oferecem um caminho viável para derrubar o governo fascista através duma vitória eleitoral, a luta no terreno «eleitoral» fascista oferece condições favoráveis, que urge aproveitar, para a ampliação decisiva dos movimentos e lutas políticas de massas. A concorrência da Oposição às «eleições» não foi uma concessão voluntária do fascismo, mas uma possibilidade conquistada pelos democratas através duma luta persistente, corajosa, maleável e de rica experiência de associação do trabalho legal, semi-legal e ilegal. As forças democráticas devem concorrer às «eleições» com candidatos únicos, suficientemente representativos das diversas correntes políticas, lutando por condições mínimas de seriedade e aproveitando o período «eleitoral» para levar a cabo uma campanha de esclarecimento do povo português, para reforçar a sua unidade e as suas organizações, para animar e dirigir amplas acções de massas e para conseguir nessa base alcançar o máximo de concessões políticas. A amplitude e força do movimento popular pode eventualmente tornar possíveis sucessos no próprio terreno «eleitoral».

6 — A unidade das forças democráticas é base fundamental para o desenvolvimento vitorioso da revolução popular e nacional.

É imperioso que essa unidade, reclamada por toda a opinião democrática, seja estabelecida, tanto no aspecto da mobilização popular para dar combate à política fascista, como no aspecto de organização.

A luta no terreno «eleitoral» fascista, a luta pela possibilidade de actuação legal da Oposição democrática, a luta contra a repressão e pela amnistia, a luta pela liberdade de imprensa, a luta por eleições honestas nos Sindicatos Nacionais, a luta contra o imperialismo, a luta pela paz, a luta contra a política colonialista do governo e os preparativos de guerras coloniais, exigem, para se tornarem movimentos populares de massas capazes de conduzir ao sucesso, a unidade de acção das forças democráticas.

O estabelecimento de organizações e organismos unitários das forças democráticas é imprescindível para a ampliação e intensificação do movimento nacional contra a ditadura fascista. A constituição duma direcção nacional do movimento democrático, assegurando a conjugação de todos os esforços no mesmo sentido e animando à luta as massas populares, terá uma influência poderosa para o desenvolvimento de todo o movimento democrático e anti-salazarista, com vistas ao derrubamento da ditadura fascista e à instauração das liberdades fundamentais.

O Partido Comunista Português não poupará esforços para o estabelecimento e reforço da unidade democrática e anti-salazarista, de que são factores de principal importância a unidade da classe operária e as alianças da classe operária com o campesinato e com os povos das colónias portuguesas. O Partido Comunista Português proclama a necessidade de vencer resolutamente as dificuldades que ainda se levantam à unidade, a fim de que, dentro de curto prazo, o movimento único da Oposição contra a ditadura fascista de Salazar seja um facto.

7 — A primeira questão que se coloca a forças políticas que se proponham derrubar um governo é a de saber que outro governo levarão ao poder em lugar do primeiro.

O Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que declara apoiar qualquer acção com vistas à mudança de regime, defende que, derrubado o governo fascista, as forças democráticas devem formar um Governo Provisório que instaura imediatamente as liberdades fundamentais e realize eleições livres para uma Assembleia Constituinte, através das quais o povo português possa escolher a forma de governo e os governantes que entender.

A participação da classe operária do Governo Provisório é a melhor garantia da destruição completa do fascismo e da realização das reformas democráticas imediatas que se impõem. O Partido Comunista Português, como Partido da classe operária, declara a sua disposição em participar no Governo Provisório, assumindo as suas responsabilidades ao lado das restantes forças democráticas e anti-salazaristas.



RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO GERAL DO PARTIDO ELEIÇÃO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

Desde a morte de Bento Gonçalves em 1942, o Partido Comunista Português não voltou a designar um Secretário-Geral, mesmo a título interino.

A não diferenciação de funções e responsabilidades no Secretariado do Comité Central teve, durante longo período, efeitos favoráveis, tanto para tornar o trabalho colectivo o método de trabalho do Secretariado do Comité Central, como para, através dessa experiência, fortalecer na Direcção do Partido as ideias do trabalho colectivo; mas teve e tem também efeitos desfavoráveis quanto à relação entre organismos inferiores e organismos superiores na Direcção central, quanto ao controle, vigilância e disciplina e

quanto ao desenvolvimento das concepções anarco-liberais na organização do trabalho de direcção.

A eleição dum Secretário-Geral do Partido é uma medida que, não só normalizará uma situação que se prolonga desde 1942, como contribuirá para fortalecer a autoridade do Secretariado do Comité Central e do Comité Central no seu conjunto.

Por tais razões, o Comité Central resolve proceder à eleição dum Secretário-Geral do Partido.

Em conformidade com esta resolução o Comité Central elegeu Secretário Geral do Partido o camarada Álvaro Cunhal.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE ALTERAÇÕES DO PROGRAMA DO PARTIDO

O CC do PCP, tendo discutido o desvio de direita no PCP nos anos de 1956—59 e verificado que esse desvio influiu num sentido negativo a elaboração do

Programa do Partido, encarrega a Comissão Política de estudar e propor ao Comité Central alterações ao programa do Partido ou a elaboração dum novo Programa.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS

Considerando que, na elaboração dos Estatutos do Partido aprovados pelo V.º Congresso em 1957, exerceram influência prejudicial e reflectiram-se em diversas disposições concepções goradas no desvio de direita e designadamente na tendência anarco-liberal nas questões de organização;

Considerando a necessidade de alterar os Estatutos de harmonia com a rectificação de tais concepções;

Considerando que, segundo o artigo 12, al. b) dos Estatutos, as modificações dos Estatutos são da competência do Congresso do Partido;

— o Comité Central, tendo ouvido o relatório da Comissão Política sobre «Alterações dos Estatutos do Partido» e tendo debatido as linhas gerais das alterações propostas,

encarrega a Comissão Política de elaborar, no mais curto espaço de tempo possível, e dentro das recomendações feitas pelo Comité Central na presente reunião, um «Projecto de alterações dos Estatutos», a ser submetido desde já à discussão em todo o Partido.